

A AGRICULTURA FAMILIAR NA MESORREGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS: SUA REPRODUÇÃO E REPRESENTATIVIDADE

Family farming in the greater Florianópolis mesoregion: its reproduction and representativeness

Ana Livia de Almeida Silva

Universidade Federal de Santa Catarina

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7699-7885>

ana-livias@hotmail.com

Artigo recebido em abril/2024 e aceito em janeiro/2025

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a produção e comercialização dos principais produtos cultivados pela agricultura familiar presente na mesorregião da grande Florianópolis, com ênfase no período pós 1970. Período este marcado por grandes transformações em toda a dinâmica que envolve o setor agrícola brasileiro, bem como a área objeto de estudo, acrescido do aprofundamento do processo de urbanização, repercutindo ainda mais nas inter-relações e configurações rural-urbana. O propósito de discutir a atividade agrícola familiar, sobretudo o segmento hortifrutigranjeiro, se dá pelo fato de se constituir em um segmento agrícola factualmente marcante na região, cuja atividade tem origem predominantemente familiar. Busca-se explorar a temática a partir de uma perspectiva geográfica, econômica e social, num espaço cujas características mesclam-se, entre municípios que sofreram pronunciada urbanização e aqueles à periferia da mesorregião que ainda apresentam fortes características rurais, tornando bastante dinâmica a relação rural-urbana. O artigo propõe uma abordagem sistêmica e pauta-se em dados qualitativos e quantitativos, cujo intuito é compreender a dinâmica da relação rural-urbana presente na grande Florianópolis; a ressignificação das atividades desempenhadas no rural; o grau de inserção dos agricultores ao mercado e os cultivos desenvolvidos em áreas urbanas e periurbanas.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Urbanização; Dinâmica Rural-Urbana.

ABSTRACT

The aim of this article is to analyze the production and marketing of the main products grown by family farms in the Greater Florianópolis mesoregion, with an emphasis on the period after 1970. This period was marked by major changes in all the dynamics surrounding the Brazilian agricultural sector, as well as the area under study, plus the deepening of the urbanization process, with even greater repercussions on rural-urban interrelations and configurations. The purpose of discussing family farming, especially the fruit and vegetable segment, is because it is an agricultural segment that is a fact of life in the region, whose activity is predominantly family-based. The aim is to explore the issue from a geographical, economic and social perspective, in a space whose characteristics are mixed, between municipalities that have undergone pronounced urbanization and those on the periphery of the mesoregion that still have strong rural characteristics, making the rural-urban relationship quite dynamic. The article takes a systemic approach and is based on qualitative and quantitative data, with the aim of understanding the dynamics of the rural-urban relationship in greater

Florianópolis; the re-signification of activities carried out in rural areas; the degree of integration of farmers into the market and the crops grown in urban and peri-urban areas.

Keywords: Family Farming; Urbanization; Rural-Urban Dynamics.

1. INTRODUÇÃO

O Brasil possui uma notória produção agrícola, que continuamente foi um importante componente no desenvolvimento econômico nacional. No transcorrer histórico, duas formas básicas de reprodução no espaço rural se fizeram presentes. A primeira, diz respeito aos cultivos monocultores¹, com uso de amplas faixas de terras, que se dedicavam, e ainda se dedicam, a abastecer principalmente o mercado externo. Contexto este dominante no período colonial brasileiro, cuja produção se dirigia prioritariamente ao continente europeu, situação que permaneceria no Império, embora ampliando o mercado com a inserção dos Estados Unidos no processo. Tal prática agrícola mantém-se na República e chega à atualidade ainda mais forte e dinâmica, diversificando os cultivos como também os países atendidos, incluindo a China, nosso principal parceiro econômico atualmente, Japão, Alemanha dentre outros.

A segunda prática agrícola, denominada de agricultura familiar realiza o cultivo de grande variedade de produtos, em pequenas e médias propriedades, e se dedica a abastecer majoritariamente o mercado interno brasileiro, a qual é voltada tanto ao consumo alimentar direto da população, quanto à sua transformação em produtos industrializados, que da mesma forma se dirigirão ao mercado consumidor de alimentos.

O estado de Santa Catarina, assim como a área da mesorregião da grande Florianópolis² (mapa 1) igualmente se inserem em tal processo de intensa produção agropecuária, com um considerável domínio do cultivo agrícola familiar, que apresenta um caráter bastante diverso quanto à variedade dos produtos fornecidos, com destaque para o ramo da produção hortícola, frutícola e granjeira, além

¹ As monoculturas apresentaram, desde o processo de colonização brasileiro, grande destaque, principalmente se tratando de culturas como cana-de-açúcar e posteriormente o café. Estas foram beneficiadas pela estrutura fundiária da grande propriedade, fruto do sistema de sesmarias, aliado ao predominante clima tropical e uso de mão-de-obra escrava. Com a instituição da Lei de Terras em meados do século XIX houve a passagem das terras devolutas aos estados membros pela Constituição Federal de 1891, gerando grandes projetos de colonização via Institutos de Terras e Colonização, como foi o caso de Santa Catarina. O direcionamento agrícola e fundiário presente no Estatuto da Terra (1965), repete tal modelo agrário, que por sua vez, amplia e se moderniza, influenciado pela chamada revolução verde pós-década de 1960, posteriormente pelo avanço neoliberal na década de 1990 e, recentemente, ainda mais aprofundado, em especial nas ações presentes no governo Bolsonaro de 2019 a 2022. No ano de 2023, sob o governo Lula, volta-se a ter iniciativas, ainda que incipientes, sobre a discussão da questão da terra.

² A região metropolitana de Florianópolis foi oficialmente instituída em 1998, abrangendo 22 municípios sendo eles: Florianópolis, São José, Palhoça, Biguaçu, Santo Amaro da Imperatriz, Governador Celso Ramos, Antônio Carlos, Águas Mornas, São Pedro de Alcântara, Alfredo Wagner, Angelina, Anitápolis, Canelinha, Garopaba, Leoberto Leal, Major Gercino, Nova Trento, Paulo Lopes, Rancho Queimado, São Bonifácio, São João Batista e Tijucas.

de atividades pecuárias,³ e responsável pelo abastecimento do mercado regional e outros espaços de Santa Catarina e inclusive se expandem a escalas maiores atendendo outras regiões brasileiras, como a região Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste, conforme os dados de comercialização dos produtos apresentados pelo CEASA (2023), sendo sua produção de origem predominantemente familiar.



Mapa 1 – A Mesorregião da Grande Florianópolis.

A agricultura familiar exerce importante papel, tanto no abastecimento interno do país quanto na produção voltada à exportação. Em Santa Catarina, os dados do censo agropecuário do IBGE do ano de 2017⁴ evidenciaram a existência de 183.066 estabelecimentos agrícolas. Destes, 142.987 foram classificados como de predomínio da atividade familiar, atingindo 78% do total, porcentagem que ressalta sua grande representatividade.

³ A atividade pecuária é comumente realizada na região com a criação de bovinos, suínos, caprinos, no entanto, não será explorada com a mesma riqueza de detalhes que a produção agrícola, a qual é o objeto mais direto de análise.

⁴ Informações mais recentes encontradas até a data final de elaboração do artigo.

Na mesorregião da grande Florianópolis, área objeto de estudo, a agricultura e pecuária se reproduzem de duas principais e distintas maneiras. A primeira se manifesta nos municípios integrantes do núcleo metropolitano⁵ de Florianópolis, e configura-se pelo desempenho de cultivos e criações realizados nas áreas consideradas urbanas e periurbanas,⁶ resistindo, de certa forma, à expansão da urbanização. Esta, constantemente, representada pela ampliação e melhoria das infraestruturas, construção de condomínios residenciais, projetos voltados a empreendimentos de grande porte, como aqueles dirigidos ao setor turístico, ou mesmo ao setor comercial, como redes de supermercados, vestuário, entre outros. Tal dinâmica depreende uma rápida, e por vezes agressiva, inserção dos espaços rurais à lógica e interesses do espaço urbano, que se desenvolvem, na maioria das vezes, de forma hostil em relação à dinâmica construída e reproduzida anteriormente nos lugares.

É possível observar que as propriedades agrícolas inseridas no núcleo metropolitano da região possuem ligação mais direta com o meio urbano, tanto em se tratando de localização como no processo de distribuição de alimentos, conforme pode ser observado nas figuras 1 e 2 a seguir:



Figura 1 - Produção de hortaliças de pequeno porte.

⁵ Os municípios que compõem o núcleo metropolitano de Florianópolis são: Florianópolis, São José, Palhoça, Biguaçu, Santo Amaro da Imperatriz, Governador Celso Ramos, Antônio Carlos, Águas Mornas e São Pedro de Alcântara.

⁶ De acordo com Sánchez (2001, p.16) “os espaços periurbanos são tanto aqueles que se encontram diretamente ligados ao urbano, com características de densificação do uso do solo entremeados por espaços rurais; como aqueles propriamente rurais, que se encontram inseridos na cadeia produtiva de produtos primários e se encontram a distâncias próximas às cidades, tendo funções relacionadas a essas cidades do entorno”.



Figura 2 - Produção de Quiabo.

Os registros a cima são referentes à produção hortícola em espaços urbanizados no município de Palhoça, mais especificamente no bairro Guarda do Cubatão.

A segunda maneira de manifestação das atividades agrícolas e pecuárias em comumente encontrada nos municípios localizados à periferia⁷ da mesorregião, a qual possui características essencialmente rurais, manifestadas através da infraestrutura presente e dos serviços, ou ausência de ambos, como, por exemplo, grande presença de estradas de terra batida, ausência de escolas, curso superior de qualquer tipo, unidades de atendimento à saúde, ausência de uma estrutura comercial completa características rurais e menor quantidade de municípios espacialmente urbanizados. A seguir, nas figuras 3, 4, 5 e 6, a percepção de produção hortícola em espaços rurais do município de São Bonifácio e Rancho queimado, que se localizam para além da área conurbada da mesorregião:



Figura 3 - Produção de hortaliças.

⁷ Alfredo Wagner, Angelina, Anitápolis, Canelinha, Garopaba, Leoberto Leal, Major Gercino, Nova Trento, Paulo Lopes, Rancho Queimado, São Bonifácio, São João Batista e Tijucas.



Figura 4 - Produção de milho.

Nas figuras acima, pode-se observar um predomínio de culturas hortícolas, mas também o milho, assim como a atividade pecuária bovina, presente em menor representatividade em alguns espaços entre as produções destes municípios. A realidade agrícola dos municípios que compõem a mesorregião é distinta, mas complementa-se e integram a cadeia produtiva agrícola e pecuária.



Figura 5 – Produção de berinjela.



Figura 6 – Produção de morango.

Esta produção de berinjela, contida na figura 5, está presente no município de São Bonifácio. A figura 6, referente à produção de morango, é pertencente ao município de Rancho Queimado, conhecido regionalmente por sua intensa produção de morango, realizada por famílias e em pequenas propriedades.

A expansão do processo de urbanização impacta diretamente na produção agropecuária da região analisada, pressionando esta produtividade cada vez mais à periferia da região. No estado de Santa Catarina, o processo de urbanização nas últimas décadas vem induzindo à conurbação dos núcleos urbanos, situação intensificada pelos crescentes fluxos migratórios que contribuem para a aceleração das transformações na organização socioespacial das cidades. Esse movimento demográfico é aprofundado com a melhoria da rede viária, favorecendo a acessibilidade, conforme argumenta Campos (2013) ao referir sobre a interligação que se concretizou após a implantação e pavimentação de grandes eixos viários, como as BR-101 e BR-282, e a pavimentação de inúmeras rodovias estaduais e municipais.

No entanto, mesmo com a interligação dos territórios crescendo, e por conseguinte os espaços considerados urbanos, a realização do cultivo agrícola não desapareceu; mantendo-se e/ou, inclusive, se restabelecendo em diferentes espaços já urbanizados, através da agricultura e pecuária convencionais, ou, expandindo-se como agricultura orgânica e formas aproximadas. Além da região se configurar como forte exemplo da conexão presente entre a dinâmica rural-urbana, reforçando que rural e urbano não são opostos e não deveriam ser tratados como tal, mas sim complementares.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

O artigo foi pautado em dados qualitativos e quantitativos, seja através da análise de dados socioeconômicos, do processo de urbanização, das questões do uso da terra, da realização de trabalhos de campo, da aplicação de entrevistas, do uso e produção de mapas, figuras, fotografias e/ou outros materiais possíveis.

A produção e comercialização de alimentos foram analisadas considerando todos os processos inerentes, como a inserção ao mercado, os elementos constituintes da estrutura fundiária, as inter-relações com o capital financeiro e com o Estado, ou mesmo, quanto às inter-relações com atividades pluriativas e multifuncionais.

A agricultura familiar presente na região está inserida a um espaço que comporta municípios com características de densificação da atividade urbana pressionando as áreas de produção agrícola e gerando disputas pelo uso do solo; como municípios com características densamente rurais e possuem atividades essencialmente agrícolas e pecuárias. Esta análise pautou-se principalmente em autores

como Milton Santos, Roberto Lobato Corrêa, Maria Inês Sugai, Nazareno José de Campos e Almir Francisco Reis.

As atividades práticas em campo ocorreram nas áreas urbanas e periurbanas dos municípios de Florianópolis, São José, Palhoça, Biguaçu e Santo Amaro da Imperatriz, pois são os municípios que perfazem, hoje, em seu meio urbano, uma única malha advinda da expansão de Florianópolis; de modo a compreender a dinâmica da produção de alimentos, sua comercialização e, ao mesmo tempo, o processo de urbanização em direção às áreas agrícolas. Haja vista que, inicialmente, estas áreas eram consideradas rurais, e com a expansão da urbanização, o perímetro urbano dos municípios incluídos foi aumentado.

Os municípios da periferia da mesorregião visitados foram São Bonifácio e Rancho Queimado, pois se destacam pela intensa produção agrícola, em sua predominância de modo familiar. No entanto, nestes municípios a expansão da área urbana não tem afetado diretamente à produção agrícola, já que muitos deles continuam apresentando fortes características de um modo de vida provido primordialmente pelo meio rural, como os casos de Anitápolis, Angelina, Canelinha, Leoberto Leal, Rancho Queimado, São Bonifácio, entre outros. Evidenciando o contraste, em termos urbanos, entre os municípios da área conurbada e os demais que integram a mesorregião da grande Florianópolis.

As entrevistas foram realizadas conforme os trabalhos de campo e o mapeamento das áreas de cultivos agrícolas presentes nos municípios visitados. Ao todo, foram realizadas 10 entrevistas com os agricultores. Os relatos fornecidos por eles contribuíram para maior compreensão da realidade agrícola na mesorregião, sobretudo a realidade agrícola familiar. Os relatos serão explicitados e analisados no decorrer do artigo.

Os conceitos utilizados foram o de Cadeia Produtiva Agrícola, na qual estão inseridas a produção, circulação, distribuição e consumo, utilizando-se como base o pensamento de Karl Marx; utilizou-se também dos conceitos de Circuito Espacial Produtivo e Circuitos da Economia Urbana, desenvolvidos por Milton Santos, mas também tratados por outros autores como Antônio Carlos Robert Moraes; Ricardo Castillo e Samuel Frederico; conceitos estes empregados para complementar a análise sob a ótica da composição destes circuitos da economia (inferior e superior) e suas escalas de influência sobre a dinâmica agrícola.

Foram levantados e analisados os dados, através da plataforma SIDRA-IBGE; CEASA-SC; INCRA, sobre a produção e comercialização, dos principais gêneros alimentícios, estrutura fundiária, condições de circulação dos produtos, para mensurar a representatividade desta produção agrícola familiar e suas principais características.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pequena produção agrícola familiar detém uma representatividade histórica no espaço geográfico em estudo, a qual foi fortemente influenciada pela chegada dos açorianos no século XVIII que desenvolveram na Ilha de Santa Catarina, e no continente próximo, uma economia baseada em uma estrutura agrária de pequena propriedade e no trabalho familiar. Este fato deve ser ressaltado em função de sua diferenciação do modelo colonial vigente no país à época, representado pelo latifúndio canavieiro escravista e exportador.

Com o posterior desenvolvimento, maior dinâmica de atividades, e a decadência das atividades portuárias, Florianópolis deixou de ser um centro exportador da produção agrícola e industrial da região, tendo sido também, de certa forma, afetado por sua posição geográfica insular em relação à nova rede de transportes que estava em ascensão, a rodovia.

Esta desconcentração do fornecimento de alimentos por parte da ilha de Santa Catarina, ocorrida entre as décadas de 1950 e 1960, irá se direcionar para a região ao entorno presente na parte continental, onde estão inseridos os municípios de São José, Palhoça, Biguaçu e Santo Amaro da Imperatriz.

Ainda na década de 1960, concomitante à realidade agrícola que começa a se estruturar por meio de iniciativas como o Estatuto da Terra, crescem os interesses imobiliários e fundiários pelos balneários da Ilha de Santa Catarina, os quais se fortaleceram, certamente pelo desenvolvimento do turismo, que começou a se disseminar no país e a se tornar mais acessível.

No final dos anos 1960, iniciaram-se as primeiras de uma sucessão de ações, de planos urbanos e de investimentos do Estado, visando otimizar o sistema viário da grande Florianópolis, em especial da capital. De acordo com Sugai, (2015) essas ações, além de terem repercutido na estrutura intraurbana, foram fundamentais no processo de ocupação e na mobilidade espacial das classes sociais na área conurbada.

E é neste contexto de maior crescimento de infraestrutura e população de Florianópolis e dos municípios limítrofes, que a pequena produção agrícola familiar passa a dividir espaço, se alicerça e se torna mais vigorosa, pois além de uma atividade agrícola com caráter “informal” muito presente em feiras e pequenos comércios, a partir da década de 1970 com a criação do CEASA,⁸ unidade de São José, esta produção começa a se delinear de forma mais robusta e ganhar maior representatividade em termos de produtividade, e de sua própria capilaridade enquanto atividade econômica, e se direcionar para uma produção de escala regional.

⁸ Centrais de Abastecimento que comercializam produtos hortifrutigranjeiros.

Durante a década de 1970, (Barbosa, 2013 p. 102) afirma que há expansão da malha rodoviária federal, “com a inauguração da rodovia BR 101, em 1973, ligando as três capitais do sul brasileiro no mesmo eixo rodoviário, e com a completa pavimentação da BR 282 na década de 1980”, principal entrada para o interior do estado, subindo pelos vales atlânticos. Esta realidade, que inicialmente interfere no contexto portuário quanto ao escoamento dos produtos, passa a beneficiar a região, uma vez que esta recebeu a abertura e a melhoria de rodovias estaduais, resultando em mais conexões e intercâmbios entre os municípios e, portanto, numa intensificação dos fluxos entre as áreas de produção e de demanda de mercadorias agrícolas.

Após a década de 1970, a região da grande Florianópolis apresenta, além da consolidação de sua produção hortifrutigranjeira, um processo de organização e estruturação da sua produção, se inserindo de forma efetiva no circuito produtivo agrícola catarinense. O que fez por receber maior quantidade de análises que buscaram e buscam compreender a variada gama de fatores inseridos nesta dinâmica, além de formular possíveis alternativas aos entraves ainda presentes.

Esta atividade agrícola está atualmente interligada tanto à área conurbada como à “periferia” da mesorregião, e esta ligação se estabelece essencialmente à produção e comercialização dos alimentos, explicitando, por sua vez, a razão dos trabalhos de campo terem ocorrido tanto nos municípios de Rancho Queimado e São Bonifácio, os quais apresentam alto nível de ruralidade em comparação aos municípios visitados⁹ da área conurbada de Florianópolis.

Faz-se de grande relevância a compreensão da realidade dos municípios polarizados e não somente a do polarizador, ao passo que aqueles forneciam grande quantidade de alimentos à capital, no entanto, a concentração de poderes residentes na cidade de Florianópolis interferiu e interfere diretamente nas relações sociais e produtivas dos municípios vizinhos, dentre elas a relação agrícola. Para Santos (2020, p. 71), “o estudo das regiões produtivas exige a reconstrução da fração estudada da realidade através de sua vida sistêmica”, ou seja, suas relações internas e externas, ritmos, fluxos e suas repercussões em toda a dinâmica que envolve a agricultura.

Esta inter-relação entre os espaços, que se manifesta através do desempenho de diversas atividades que compõem o segmento agrícola, integram o que Milton Santos denominou de circuito espacial produtivo.

Castillo e Frederico (2010) abordam o conceito de circuito espacial produtivo a partir da noção que enfatiza ao mesmo tempo, a centralidade da circulação (circuito) no encadeamento das diversas etapas da produção; a condição do espaço (espacial) como variável ativa na reprodução social; e o

⁹ Os trabalhos de campo dedicados à área conurbada de Florianópolis ocorreram durante a realização da pesquisa de doutorado que será concluído em dezembro de 2024 e complementados com outros trabalhos de campo, presentes nos projetos de pesquisa do Laboratório de Estudos do Espaço Rural – LabRural/ UFSC.

enfoque centrado no ramo, ou seja, na atividade produtiva dominante (produtivo). Enquanto Moraes (2017) complementa ao afirmar que discutir este conceito é um modo de compreender a espacialidade de fatores como produção, comercialização, consumo, como um movimento circular constante.

As noções de circuito espacial da produção no espaço permitem verificar a interdependência dos espaços produtivos, apreendendo a unidade e a circularidade do movimento. Essas noções tornam mais nítidas as contradições espaciais expostas por Santos (1985) e exemplificadas pela dialética entre os arranjos espaciais anteriores e as novas ações e objetos; a organização interna confrontada com os eventos externos; e a “regulação híbrida” que envolve as ações do Estado e das empresas (Antas Jr, 2005, p.20).

A utilização do conceito de circuito espacial produtivo auxilia na compreensão da reprodução da agricultura familiar na mesorregião da grande Florianópolis e a relação que estabelece através de sua interligação com os municípios tanto da área conurbada, como daqueles que estão à periferia da mesorregião, uma vez que este conceito trata do movimento estabelecido pelo fator produção, mas também distribuição, troca e consumo. Explorar e conciliá-lo ao fator econômico nos permite identificar de forma mais ampla toda a dinâmica envolvida na atividade em estudo.

Milton Santos, ao estabelecer a análise no âmbito econômico das diversas atividades desenvolvidas no espaço, as denomina de circuitos da economia urbana, os quais podem ser de âmbito inferior ou superior. Deste modo, este autor desenvolve seu pensamento ao considerar que a diferença fundamental entre as atividades do circuito inferior e as do circuito superior está baseada nas diferenças de tecnologia e de organização dos mesmos. Sendo que o primeiro apresenta menor grau de tecnologia e organização que o segundo, conforme apresenta: “o circuito superior utiliza uma tecnologia importada e de alto nível, capital intensivo, enquanto o circuito inferior à tecnologia é do trabalho intensivo, frequentemente local” (2008, p. 43).

Este autor afirma também que o fenômeno dos dois circuitos está presente tanto em países desenvolvidos quanto nos subdesenvolvidos, e os mesmos estão interligados; no entanto, o circuito inferior depende de certa forma do superior, assim como as atividades rurais tradicionais dependem de equipamentos para a plantação e colheita dos produtos, infraestrutura para armazenamento dos alimentos, uma vez que a escala e as condições das produções dependem dos progressos tecnológicos que vem dos “polos”.

Encontram-se diferentes formas de combinação entre um novo modelo de produção, distribuição, troca e consumo e a situação preexistente, e isso em função das condições históricas da introdução das inovações, trata-se da concepção dos elementos inovadores em diferentes graus.

Há outro integrante que está intimamente relacionado a esta dinâmica, que é o Estado e as consequências de se privilegiar as ações oriundas do avanço do capital e modernização, sem o devido

planejamento, não é somente no âmbito financeiro, mas também político. O Estado vê assim seu poder de autonomia reduzir-se e por isso mesmo seu próprio papel, pois ao atuar favorecendo a classe burguesa detentora dos meios de produção, e concedê-la cada vez mais recursos para responder a uma modernização cumulativa, por esse motivo torna-se cada vez menos independente.

Ao lado dos aspectos da produção e modernização, é indispensável considerar e analisar os da distribuição e do consumo, assim como os do emprego, ou seja, tratar do sistema por inteiro. Santos (2008) argumenta que a indústria responde cada vez menos às necessidades de criação de emprego.

Quanto à agricultura, também há redução da oferta de empregos, uma dinâmica que está associada ao seu processo de modernização e tecnificação. Essa é, por exemplo, uma das explicações do êxodo rural e da urbanização terciária bastante presente nas cidades dos países capitalistas periféricos. Nestes, o mercado de trabalho diminui ao passo que aumenta o emprego de tecnologia nos três setores da economia, no entanto, a qualificação da mão de obra e o registro de empregos informais não acompanham tal desenvolvimento e crescimento, o que resulta em uma porcentagem elevada de pessoas que não possuem atividades e rendas permanentes.

A dinâmica rural-urbana sofreu e tem sofrido uma série de transformações, as quais extrapolam o que ocorre propriamente no âmbito local. Considerando que a produção agrícola em estudo é realizada por famílias, integrando ao que se chama de agricultura familiar, pode-se considerar que esta atividade pertence ao circuito inferior da economia, no entanto, recebe influências e determinações que são provenientes do circuito superior, como a comercialização de seus produtos para supermercados ou também com o CEASA, os quais determinam os preços, e mesmo o condicionamento da agricultura ao ramo industrial e moderno.

As etapas que compõem o circuito produtivo contribuem para determinar o preço final das mercadorias, embora o CEASA absorva uma expressiva parte da produção, apresentando, conseqüentemente, um controle maior sobre os preços de grandes quantidades dos estoques.

Esta dinâmica agrícola em estudo é composta por diferentes fatores, agentes, elementos, processos, que estão presentes no espaço; este interfere direta e indiretamente na reprodução e no próprio desenrolar das atividades, conforme pode ser observado através do auxílio do conceito de circuito espacial produtivo e circuitos da economia urbana.

A atividade desempenhada, que no caso específico é a agricultura, está inserida e intimamente relacionada ao espaço e é sob esta ótica que se desenvolveram as análises, partindo do espaço, “partindo de fora para dentro”, de suas diferentes escalas de influência, dificuldades, aquiescências, avanços, entraves, políticas, contexto econômico; como estes elementos influem na reprodução desta agricultura e por sua vez como esta se comporta em relação às diversas influências, expondo a relação dinâmica entre “meio e objeto”.

No entanto, esta atividade agrícola, assim como poderia ser qualquer atividade que tenha por finalidade a mercadoria, apresenta elementos, ações, fatores que lhes são próprios, ainda que esteja contida no espaço, e o funcionamento, circularidade destes elementos que lhes são próprios, foi o que Karl Marx denominou de cadeia produtiva, a qual expõe a conexão entre as atividades de produção, distribuição, troca e consumo, e como se reproduzem no espaço. Ou seja, este conceito auxilia a proceder a uma análise que parta do interno para o externo, de “dentro para fora” identificando a cadeia produtiva agrícola, seu funcionamento e inserida então ao espaço.

Os conceitos de circuito espacial produtivo, circuitos da economia urbana e cadeia produtiva conjugam entre si, pois, como afirma (Moraes, 2017, p. 27), “discutir os circuitos espaciais da produção é discutir a espacialidade da produção-distribuição-troca-consumo como movimento circular constante. Captar seus elementos determinantes é dar conta da essência de seus movimentos”. Cada elemento constituinte da cadeia produtiva atua ao mesmo tempo, em conjunto, no sentido de se complementarem, em suas respectivas funcionalidades, mas não ao ponto de estabelecerem dependência entre si, assim como não deixam de ser independentes em certo nível, uma vez que cada elemento da cadeia produtiva possui diferentes escalas de influência e atuação em sua reprodução nas diferentes localidades, bem como na economia capitalista.

Ao se falar na distribuição dos produtos, a sua estrutura é determinada pela estrutura da produção. A própria distribuição é, por sua vez, um produto da produção, tanto no que se refere ao seu objeto, uma vez que só se pode distribuir o que resulta da produção. Tomemos como exemplo, a circulação de mercadorias entre a cidade e o campo, ou ainda a circulação de mercadorias que ocorre estritamente no campo, ou estritamente na cidade, todas elas implicam não apenas a diferença dos produtos que estão se difundindo de um espaço para o outro, mas há diferença também na própria constituição da circulação enquanto estrutura, enquanto demanda de aparatos; tempo; determinados produtos que circulam no campo são diferentes daqueles que se difundem na cidade, portanto, a produção compreende e determina diretamente a circulação em todas as suas formas.

Pode-se inferir que a produção, a distribuição, a circulação e o consumo não são idênticos; mas cada um deles é um elemento de um todo, portanto, uma representação da diversidade contida na unidade. No entanto, há de se ressaltar que há um elemento predominante, que sobressai aos demais, que é a produção, esta predomina não apenas sobre o setor produtivo, mas também sobre os demais elementos, e é a partir dela que o processo sempre se reinicia. Por conseguinte, uma dada produção determina um dado consumo, uma dada distribuição e uma dada circulação determinam também as relações estabelecidas entre esses diversos elementos.

Ainda ao tratarmos sobre a produção propriamente dita, (Marx, 1859, p.7) afirma que a produção é também determinada pelos outros elementos, como alguns exemplos: quando o mercado

se expande, a produção aumenta de volume; ou quando o capital se concentra, se modifica; na distribuição dos habitantes entre a cidade e o campo, dentre outros. A produção se altera conforme essas modificações de distribuição ocorrem; assim como as necessidades de consumo influem na produção, sejam necessidades produzidas a partir do marketing, sejam necessidades produzidas a partir da própria sociedade, por preferências, costumes, gostos.

Estas modificações que os elementos distribuição, circulação e consumo de mercadorias podem causar no fator produção contam também com as variações apresentadas pelos lugares. Estes possuem sua parcela de influência de acordo com suas características que lhes são próprias, sejam elas culturais, econômicas, políticas.

Neste direcionamento, ao falar-se da variável valor, destinado a um determinado produto, ou infraestrutura, o mesmo é influenciado conforme o lugar em que se encontra; como, por exemplo, o cultivo de hortaliças, que são muito presentes na região em estudo, estas terão determinada qualidade¹⁰ e valor caso estejam localizadas, próximo a rodovias ou que sejam armazenadas em câmaras frias, mas caso estejam localizadas distante das vias de distribuição e sem uma estrutura de maior porte seu valor poderá sofrer variação, pois, emprega-se aqui o valor de uso e valor de troca¹¹ os quais interferem nos agentes e elementos, bem como outras variáveis.

A especificidade do lugar pode ser entendida também como uma valorização específica ligada ao lugar de cada variável, dessa forma, cada lugar atribui, a cada elemento constituinte do espaço, um valor específico, particular, podendo-se apresentar também a consideração cultural e social.

Enquanto a economia torna-se mais complexa, suas inter-relações entre suas diferentes variáveis tornam-se também, extrapolando a escala local para escalas mais amplas. O menor lugar, na mais distante fração do território, tem, hoje, relações diretas ou indiretas com outros lugares de onde lhe vêm matéria-prima, capital, mão-de-obra, recursos diversos e ordens. Neste sentido, Santos (2020) afirma que o espaço está em evolução constante e permanente e tal evolução é o resultado da ação de fatores externos e/ou de fatores internos, sejam pela construção de estradas, edifícios, imposição de novas regras como preço, moeda, impostos. O movimento de mudança se deve às modificações nos “modos de produção concretos¹²”, estas modificações nos modos de produção

¹⁰ Hortaliças são culturas extremamente sensíveis, sobretudo no período do verão. Manter a qualidade dos produtos para o consumidor implica diretamente não apenas nas condições de armazenamento, mas na distância percorrida da propriedade até os centros de abastecimento e distribuição.

¹¹ O valor de uso de uma mercadoria, segundo Marx, é determinado de acordo com a utilidade relacionada às suas propriedades físicas; e seu valor de troca varia no tempo e espaço. O valor de troca é adquirido e ditado pelo capital.

¹² De acordo com HARNECKER, M. (1978, p.15), o que caracteriza todo modo de produção é sua dinâmica, isto é, “a contínua reprodução das suas condições de existência”. O modo de produção capitalista, por exemplo, ao mesmo tempo, em que produz bens materiais numa forma determinada, que implica a divisão dos homens dessa totalidade social em capitalistas e operários e dá origem a toda uma ideologia que favorece esse tipo de produção e a uma forma de poder que a defende e estimula, vai continuamente reproduzindo suas condições de produção. Ao mesmo tempo, em que produz

acabam por influir diretamente nas conexões existentes entre os elementos de seu circuito espacial produtivo e cadeia produtiva.

Moraes (2017, p. 39) complementa ao dizer que os circuitos são multiescalares, porém envolvidos numa teia de interesses de âmbito internacional. Segundo afirma, “os fluxos do capital financeiro consolidam com clareza a hierarquia dos lugares e múltiplos arranjos se formam na combinação dessa desigualdade”. Ou seja, a compreensão dos circuitos espaciais produtivos, circuitos da economia urbana e cadeia produtiva, vão além da espacialização da produção-distribuição-circulação-consumo conforme afirmado pelo autor anteriormente, pois, além de espacializar os elementos da cadeia produtiva, pode-se também incluir a interferência proporcionada pela escala nesta espacialização, sejam escalas de influências, sejam escalas territoriais, posto as dinâmicas do próprio capital.

De modo a embasar a discussão teórica do funcionamento da atividade agrícola em estudo, buscou-se também quantificar esta produção, para isto foram coletados dados através do auxílio da plataforma SIDRA e atividades práticas em campo. Por sua vez, antes de explorar os principais produtos, quantidade produzida, origem, se faz de grande pertinência a breve compreensão sobre o que se define por estrutura fundiária e as características dessa estrutura presente nos municípios integrantes da área em estudo.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), instituiu, em 1979, o Módulo Fiscal, sendo este uma unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, considerando os seguintes fatores: tipo de exploração predominante no município; renda obtida com a exploração predominante; outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda ou da área utilizada; o conceito de propriedade familiar; dentre outros.

Conforme o INCRA, o módulo fiscal serve de parâmetro para classificação do imóvel rural quanto ao tamanho, na forma da Lei n.º 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. O mesmo pode sofrer variações quanto à sua equivalência de acordo com a extensão e ocupação em cada localidade do país. Esta unidade de medida serve ainda como critério para definir os beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, os quais são pequenos agricultores de economia familiar, proprietários, meeiros, posseiros, parceiros ou arrendatários de até quatro módulos fiscais.

Nas cinco maiores capitais brasileiras em densidade populacional (São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Salvador e Fortaleza), o módulo fiscal equivale a cinco hectares. No Acre, ele chega ao

bens materiais, reproduz as relações de produção capitalistas. Ao mesmo tempo, em que produz bens materiais em maior quantidade, reproduz de forma mais extensa a divisão dos homens em capitalistas e operários.

limite de 100 hectares; em Minas Gerais, o módulo fiscal chega a 70 hectares; em Santa Catarina, o módulo fiscal é de 25 hectares. Quanto aos municípios da mesorregião da grande Florianópolis, o módulo fiscal varia de 7 a 18 hectares¹³, o que pode ser evidenciado no quadro 1 a seguir:

Quadro 1: Estrutura Fundiária da Grande Florianópolis.

Municípios	Módulos Fiscais	Número de Estabelecimentos	Minifúndios	Pequenas Propriedades	Médias Propriedades	Grandes Propriedades
Águas Mornas	18	809	559	190	29	0
Alfredo Wagner	18	1656	1197	323	126	7
Angelina	18	884	487	285	112	0
Anitápolis	18	500	192	201	104	3
Antônio Carlos	18	545	423	108	13	1
Biguaçu	12	346	210	107	23	6
Canelinha	18	210	155	38	12	5
Florianópolis	7	211	142	48	12	9
Garopaba	12	253	189	52	9	3
Governador Celso Ramos	12	92	76	13	1	2
Leoberto Leal	18	639	371	220	46	2
Major Gercino	18	465	242	162	60	1
Nova Trento	18	491	226	210	55	0
Palhoça	12	234	123	83	20	8
Paulo Lopes	12	235	80	111	33	11
Rancho Queimado	18	353	189	93	58	12
Santo Amaro da Imperatriz	12	435	348	65	19	2
São Bonifácio	18	530	196	208	113	12
São João Batista	12	578	350	64	19	2
São José	12	107	59	40	8	0
São Pedro de Alcântara	12	323	144	152	27	0
Tijucas	12	445	173	199	54	19

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2017.

Conforme os dados apresentados no quadro acima, pode-se observar que há o predomínio de minifúndios e pequenas propriedades em relação ao número de estabelecimentos nos municípios da mesorregião. Através da análise do quadro pode-se inferir que dentre os estabelecimentos presentes na mesorregião, o número de minifúndios apresenta maioria, representando 58% do total das propriedades rurais analisadas; 30% se configuram como pequenas propriedades, 9% são consideradas médias propriedades e apenas 3% se enquadram como grandes propriedades.

Estes dados auxiliam e contribuem para a compreensão da estrutura fundiária dos municípios, da possibilidade e do potencial produtivo de gêneros alimentícios, em pequenos estabelecimentos, assim como na identificação das principais características da produção de alimentos. Ao se tratar da

¹³ A título de informação quanto cada tipo de propriedade representa em módulos fiscais: Minifúndio (imóvel rural de área inferior a 1 módulo fiscal); Pequena Propriedade (imóvel rural de área compreendida entre 1 e 4 módulos fiscais); Média Propriedade (Imóvel rural de área superior a 4 e até 16 módulos fiscais) e Grande Propriedade (Imóvel rural de área superior a 16 módulos fiscais), INCRA (2015).

quantidade produzida de alimentos pelos municípios da mesorregião, há culturas que se destacam levando em conta os aspectos históricos, culturais, econômicos e climáticos. Considera-se assim os principais produtos na mesorregião e a natureza das lavouras, sendo temporárias ou permanentes.

Os dados foram organizados da seguinte forma: ao se tratar da área conurbada e grande Florianópolis eles se referem aos principais cultivos produzidos em quantidade, e ao se tratar de Santa Catarina, a quantidade foi também exposta a fim de evidenciar o tanto que a produção na área conurbada e grande Florianópolis representam a nível estadual. Conforme evidenciado no quadro 2 a seguir:

Quadro 2: Quantidade produzida (em toneladas) na Mesorregião e na área conurbada de Florianópolis em comparação ao produzido no estado.

Área Conurbada	Arroz (6.393); Cana-de-açúcar (5.838); Mandioca (3.796); Tomate (3.570); Batata Doce (2.284); Banana (1.774); Palmito (635).
Grande Florianópolis	Cebola (93.739); Milho (37.235); Mandioca (32.483); Arroz (32.440); Tomate (25.322); Cana-de-açúcar (13.013); Banana (7.466).
Santa Catarina	Milho (2.701.935); Arroz (1.215.651); Banana (669.255); Cebola (420.287); Mandioca (336.523); Cana-de-açúcar (191.018); Tomate (168.975).

Fonte: IBGE – Produção agrícola regional, 2020¹⁴.

O quadro a cima expõe que na área conurbada de Florianópolis o produto predominante é o arroz com 6. 393 toneladas, seguido da cana-de-açúcar com 5.838 toneladas; mandioca com 3.796 toneladas; tomate com 3.570 toneladas; banana com 1.774 toneladas e palmito com 635 toneladas. Já na mesorregião, o que predomina em quantidade produzida é a cebola, com 93.739 toneladas, seguido do milho com 37.235 toneladas; mandioca com 32.483 toneladas; arroz com 32.440 toneladas; tomate 25.322 toneladas; cana de açúcar 13.013 toneladas e banana 7.466 toneladas. O destaque dado a estes cultivos específicos vai ao encontro das discussões anteriores de ser uma região que antigamente tinha a mandioca como a base produtiva e, no transcorrer do tempo, vão sendo inseridos novos produtos, principalmente os do ramo hortifrutigranjeiro.

Em relação à quantidade produzida a nível estadual tais cultivos representam em termos percentuais: a cebola produzida na mesorregião representa 22,3% do montante produzido no estado; o milho representa 1,3%; a mandioca representa 9,6%; o arroz corresponde a 2,6%; o tomate configura 15%; quanto à cana de açúcar, alcança os 7%, e a banana contando com 1,1% da produção estadual. Sendo assim, os três cultivares da região que mais possuem destaque a nível estadual são: a cebola, o tomate e a mandioca.

¹⁴ Os dados de 2020 são os mais recentes obtidos a partir da disponibilidade do órgão IBGE em tempo hábil para concluir o artigo.

No quadro 3, a seguir, organizou-se os principais cultivos que se destacam na área conurbada e mesorregião segundo o valor da produção e fizemos o contraste do que este montante de valor representa a nível estadual. Lembrando que os cultivares mais produzidos em quantidade não são necessariamente os mais lucrativos, uma vez que nesta categoria altera-se o valor agregado à mercadoria, conforme pode ser melhor observado a seguir:

Quadro 3: Valor da Produção (em mil reais).

Área Conurbada	Arroz (9.483); Tomate (4.070); Mandioca (2.798); Batata Doce (2.337); Palmito (1.758) e Banana (1.731).
Grande Florianópolis	Cebola (170.901); Fumo (67.707); Milho (43.037); Arroz (40.638); Tomate (29.077); Mandioca (20.662); Banana (8.001).

Fonte: IBGE – Produção agrícola regional, 2020.

No quadro 3 pode-se notar que na área conurbada de Florianópolis o produto que mais apresenta rentabilidade é o arroz, representando 9.483 mil reais; o segundo mais rentável é o tomate contando com 4.070 mil reais; o terceiro é a mandioca representando um valor de 2.798 mil reais; seguido da batata doce contando com 2.337 mil reais; o palmito que apresenta o valor de produção de 1.758 mil reais e a banana com 1.731 mil reais.

Na mesorregião o produto que mais apresenta rentabilidade é a cebola, representando 170.901 mil reais, o segundo mais rentável é o fumo com 67.707 mil reais; o terceiro é o milho que contribui com 43.037 mil reais; seguido do arroz com 40.638 mil reais; o tomate que conta com 29.077 mil reais; a mandioca que representa 20.662 mil reais e a banana que possui como valor de produção 8.001 mil reais.

Os produtos que apresentam maior rentabilidade no estado são: a soja que conta a geração de 3.095.490 milhões de reais, tal produtividade apresenta maior destaque na porção oeste do estado, a qual conta com intensa atividade pecuária, principalmente em criação suína e forte presença de aviários, especialmente a criação de frangos.

O segundo produto que mais apresenta rentabilidade é o milho, utilizado na agroindústria, bem como alimentos ultra processados, alimentação dos segmentos pecuários e aviários e em menor quantidade para o consumo doméstico.

O terceiro produto mais rentável é o fumo, tal segmento apresenta representatividade histórica no estado e região sul; atende à indústria tabagista não apenas estadual, mas também nacional e internacional, inserindo-se ao circuito superior da economia, juntamente com a soja e o milho.

Em relação ao montante de valor, os produtos mais rentáveis produzidos na área conurbada e mesorregião da grande Florianópolis, que contribuem a nível estadual, são: a cebola, que arrecada 22,4% dos lucros obtidos no estado em relação ao produto; em relação ao fumo a mesorregião contribui com 3,7% da rentabilidade estadual; o milho representa 2,2%; o arroz conta com 3% do

todo; o tomate com 9,7% da arrecadação do estado; a mandioca apresenta 8,1% na participação da rentabilidade e a banana é responsável por 1% dos lucros obtidos. Sendo assim, os produtos que mais apresentam participação na geração dos lucros da região em relação ao estado são: a cebola, o tomate, a mandioca e o fumo.

Os produtos hortícolas são muito encontrados nos municípios da área objeto de estudo, conforme observado nas imagens anteriores oriundas dos trabalhos de campo; no entanto, são dedicados a atender principalmente aos mercados locais e regionais, contribuindo em menor parte para a renda estadual.

Pode-se observar que há grande complexidade e multiplicidade na reprodução da atividade agrícola, tanto ao se falar na atividade propriamente dita, como nos múltiplos fatores de ordem material e imaterial que interferem em seu funcionamento. E dentre alguns já abordados, tem-se a unidade familiar tornando-se cada vez mais múltipla diante da unidade de produção, em busca de emprego para complementação da renda, principalmente por parte da população jovem, que busca também estudos, marcando o momento presente do mercado de trabalho rural. Essa caracterização da chamada pluriatividade marca uma nova relação com a terra e define, ainda, uma estratégia de resistência para permitir à família nela permanecer.

Já os autores clássicos viam o assalariamento exterior à unidade familiar como indício da proletarização, mas acredita-se ser o contrário, é para fugir à proletarização que a família, ou parte dela, trabalhava ou trabalha em outros segmentos empregatícios, uma vez que a valorização fundiária tem aumentado consideravelmente nos últimos anos.

Ao realizar-se as atividades de campo, os agricultores afirmaram que a maioria da produção, em torno de 70%, é escoada para o CEASA/São José, além de serem feitos contratos diretos dos produtores com supermercados e/ou comercialização em feiras, sacolões e mercados especializados.

Segundo os dados apresentados pela EPAGRI (2017) dos produtos que chegam ao CEASA/São José, a maioria, em torno de 65%, vem da região da Grande Florianópolis e do estado de Santa Catarina, e os demais são provenientes de outros estados, dependendo da disponibilidade das regiões produtoras e da época do ano, em especial das regiões Sul e Sudeste.

No que consiste à mão de obra empregada nestas propriedades, é comum, na região em estudo, a contratação de forma temporária, principalmente na época da colheita. Esta variação, por sua vez, não descaracteriza¹⁵ a produção de origem familiar, uma vez que todo o gerenciamento e organização das múltiplas tarefas e atividades é feito predominantemente pelas famílias.

¹⁵ As tipologias sobre a agricultura familiar no Brasil estão baseadas na Lei 11.326, de 2006. Segundo esta, é considerado familiar o estabelecimento agropecuário que atende, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I. Não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais; II. Utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III. Tenha renda familiar predominantemente

Os agricultores mais antigos e tradicionais não se inseriram num sistema de cooperativas para a comercialização dos produtos, tão pouco em uma organização em parceria no que consiste à distribuição e posterior venda dos produtos, o que os favoreceria em termos de barateamento do escoamento produtivo devido ao elevado preço dos combustíveis, manutenção de veículos, trânsito, mas preferem atuar de forma individual, em que cada família é responsável por seus próprios produtos.

Já os agricultores mais jovens têm se inserido em empregos provenientes do espaço urbano, como supermercados, guardas noturnos, restaurantes, padarias ou ainda buscando uma qualificação da mão de obra através da realização de cursos técnicos e, em alguns casos, cursos de graduação em universidades.

Os agricultores, em sua maioria, tanto os mais antigos como os mais jovens, vivem de sua produção agrícola, no entanto, apresentam dificuldades financeiras, devido principalmente à taxaço do IPTU,¹⁶ mesmo em meio comprobatório de uso da terra destinado ao cultivo agrícola em solo urbano. O que resulta em uma preocupação entre os produtores, forçados, muitas vezes, a obter um emprego extra na cidade e/ou realizar o arrendamento de terras. Tal problemática se aplica majoritariamente às propriedades presentes nos municípios da área conurbada de Florianópolis onde a disputa pelos terrenos em solo urbano é mais intensa.

A investigação deu-se sobre um contexto de intensa expansão do perímetro urbano, crescimento das cidades e aumento da industrialização e urbanização presentes na região. Buscou-se, igualmente, investigar as transformações, permanências, representatividade e as perspectivas da produtividade agrícola.

4. CONCLUSÕES

Na política brasileira, o rural tem sido percebido apenas enquanto instância produtiva, e que realmente o é, no entanto, também é detentor de variadas práticas que contribuem para o âmbito econômico, político e social, como gerador de empregos, como alternativa ao inchaço populacional das cidades, com a diversidade de geração de renda mediante novas facetas do uso da terra, como o turismo rural, cultivo de orgânicos, cultivo de flores e plantas ornamentais, dentre outros.

originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV. Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

¹⁶ Através dos trabalhos de campo realizados, nos deparamos com três tipos de casos: aqueles que pagam o imposto sobre a propriedade territorial rural – ITR; os que pagam os dois tipos de impostos, o ITR e o IPTU; e os que pagam somente o IPTU. No entanto, de acordo com a lei n.º 5.172 de 1966 (artigo 15), era estabelecido que, na área urbana, os imóveis/propriedades que são comprovadamente utilizados para exploração extrativa vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial, o ITR incide sobre o imóvel ao invés do IPTU.

A agricultura de exportação tem sido privilegiada no que consiste ao direcionamento de investimentos por parte do Estado e capital privado, enquanto a agricultura familiar, a qual é a maior responsável por abastecer o mercado interno nacional foi generalizada à “agricultura de subsistência” e os agricultores de pequeno porte, proprietários de terra ou não, em muitos momentos são incapazes de acompanhar o progresso técnico, econômico e social, imposto pelo atual modelo produtivo.

Com a chamada “Revolução Verde” iniciada no Brasil a partir da década de 1960, os benefícios advindos desta política, que modificaram o cenário agrícola, foram dirigidos para as próprias elites do mundo rural, transformando latifundiários em empresas capitalistas, implantando os setores internacionalizados de produção de máquinas, equipamentos e insumos, e centralizando e modernizando o aparato agroindustrial. Segundo (Rua, 2006, p. 92), o Estado, ao viabilizar os complexos agroindustriais e favorecer o empresariado rural de forma discrepante em detrimento¹⁷ dos produtores familiares, “tem mantido os velhos pactos entre os setores do bloco hegemônico”.

Remodelar a realidade da produção agrícola no Brasil, ao tratar de se diminuir a disparidade de investimentos destinados aos segmentos agrícolas, traria enormes ganhos em saúde de sua população, desenvolvimento, questões ambientais e sociais em face das mudanças ocasionadas, por um lado, pelo novo cenário de integração global dos mercados agrícolas e, por outro, pelas rápidas transformações na estrutura demográfica das famílias, associadas ao impacto de não acessarem os processos de mecanização.

Nierdele *et al.* (2014) alertam para a importância de se realizar uma reestruturação dos sistemas de produção agrícola familiares já implantados, como é caso do PRONAF, que apresenta o foco estritamente no setor produtivo agrícola, o que poderia dar atenção também à questão territorial; e propõe a criação de uma Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), que promova a geração de políticas de desenvolvimento rural, bem como de políticas de cunho socioassistencial, que podem ser incluídos desde os direitos sociais básicos até as ações de transferência direta de renda, além de programas voltados prioritariamente para a inclusão produtiva, o combate à pobreza, à desigualdade social e que assegure as novas identidades associadas à emergência de novas ruralidades.

A análise também auxilia na compreensão entre a diferença na capacidade de “criar estoques e criar fluxos” que pode ser observada entre a diferenciação da produção agrícola na mesorregião da grande Florianópolis e em sua área conurbada, levando em conta a inserção dos agricultores no circuito espacial produtivo, uma vez que não contam com a infraestrutura adequada para

¹⁷ Sabe-se que a realização de maior viabilização, favorecimento e incentivo à agricultura familiar não é sinônimo de se romper os laços com a prática agrícola de grande porte e corporações. No entanto, a crítica se estabelece por tamanha discrepância de investimentos, uma vez que entre os anos de 2012/2013 o crédito fornecido ao agronegócio de 115, 2 bilhões e à agricultura familiar foi de 22, 3 bilhões, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB (2002/2012), Plano Safra da Agricultura Familiar (2012/2013), Plano Agrícola e Pecuário 2012/2013.

armazenamento dos produtos e enfrentam dificuldades no escoamento da produção. A Pandemia do COVID-19 se mostrou como agente denunciante dos entraves para o abastecimento e escoamento da produção agrícola, uma vez que a maior parte da produção ainda se encontra fora do perímetro urbano, e localidades que realizam a prática da agricultura em perímetro urbano sofreram danos menores.¹⁸

Pode-se observar que os circuitos produtivos se dão, no espaço da área conurbada e mesorregião, de forma desagregada, quanto aos próprios elementos que permitem sua circularidade, assim como às escalas de influência, ambos regidos por um capital que se manifesta reforçando desigualdades não só econômicas, mas espaciais. Mas não quer dizer que são desarticulados, visto às investidas atuais desta agricultura familiar na tentativa de aderir, mesmo que parcialmente, ao mercado financeiro e também quanto à sua resistência e representatividade. Além de a agricultura familiar produzir alimentos em grande quantidade e ser a principal responsável por abastecer o mercado interno brasileiro, é preciso destacar também sua contribuição à soberania e segurança alimentar nutricional da população, tornando-se uma opção estratégica para tentar reverter e/ou amenizar as mazelas da fome e dos altos preços dos alimentos.

A agricultura familiar presente na área conurbada de Florianópolis apresenta múltiplas características e particularidades que se diferem em alguns momentos daquelas comumente abordadas enquanto definição, categoria, e se direcionam cada vez mais para uma atividade mais dinâmica, tanto pela ampla variedade de alimentos produzidos, como pela realização de trabalhos alternativos para complementar a renda como a feitura de outros tipos de alimentos como bolos, pães, doces, bebidas, na proximidade ou não do meio urbano e/ou periurbano.

A discussão sobre mercados e agricultura familiar envolve as novas dinâmicas das cadeias globais de commodities agrícolas e as condições de inserção da agricultura familiar em circuitos alternativos de comercialização que se abrem a partir da revalorização de alguns atributos do mundo rural que favorecem, por exemplo, o reconhecimento dos processos tradicionais, ecológicos, orgânicos e artesanais de produção alimentar.

Os conceitos de circuito espacial da produção e circuitos da economia urbana se complementam, logo, podem ser trabalhados de maneira também complementar, “uma vez que tanto o circuito inferior quanto o superior fazem parte de circuitos espaciais produtivos de tamanho, características técnicas e organizacionais distintas”. (Castillo; Frederico, 2010, p. 46)

A constituição do sistema de produção de mercadorias pressupõe o aprofundamento de um tipo de divisão social do trabalho que provoca a separação do indivíduo do meio social, isto é, dos vínculos comunitários, de parentesco e de dependência pessoal que regulam a atividade produtiva. Este

¹⁸ Constatação feita através do relato de agricultores e moradores, leitura de artigos que trataram sobre o tema, além da própria vivência na região.

processo de separação individualiza o produtor, sujeitando-o a uma nova relação externa e abstrata, às relações de valor; o mecanismo de mercado¹⁹ Rua, (2006). Por sua vez, a constituição do modo de produção capitalista pressupõe tanto esse processo de separação dos valores simbólicos e da terra, enquanto reserva de valor, como outro, o de separação do produtor dos meios de produção²⁰ e a posse destes meios pela classe capitalista. E conforme Marx (1859), este segundo e distinto processo de separação resulta na subordinação da produção ao processo de valorização do capital, assim, o desenvolvimento da produção capitalista subordina outras formas de produção, integrando-as ao processo de circulação, e, impõem sobre elas a lógica do valor e a lógica do capital.²¹

Um exemplo que tem se tornado corriqueiro, principalmente dentre os agricultores menos capitalizados, é o agricultor não mais atuar como um produtor de alimentos, mas sim como um consumidor. Uma vez que tem se diminuído cada vez mais a relação direta do produtor com o consumidor final e aumentado a dependência do primeiro não só em relação aos meios de produção necessários para realizar o cultivo em si, mas também de toda a articulação necessária para se concretizar a venda, como a distribuição de alimentos, venda consignada a supermercados, ganha-se espaço então a figura do intermediário, que será responsável por estabelecer a interrelação entre produção e venda, mas também implicará na diminuição do retorno financeiro obtida pelo agricultor.

REFERÊNCIAS

ANTAS JUNIOR, R. **Território e regulação: espaço** geográfico, fonte material e não formal do direito. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005. 248p.

BARBOSA, A. **Rodoviarismo e integração: a ideologia e a política da modernização conservadora catarinense**. 2013. 204 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

CAMPOS, N.; BRANDT, M.; CANCELIER, J. **O Espaço rural de Santa Catarina: novos estudos**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013. 208p.

CASTILLO, R.; FREDERICO, S. Espaço Geográfico, Produção e Movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, v. 22, n. 3, p. 46-74, 2010.

¹⁹ Rua (2006, p. 95) afirma: “Mesmo dando destaque às dimensões cultural e simbólica, não se pode deixar de lembrar que o que se observa é uma permanente recriação do capitalismo, nunca restrito apenas à dimensão econômica, mas contemplando as múltiplas dimensões das relações sociais”.

²⁰ Considera-se aqui o agricultor enquanto dono primeiro de seu meio de produção, pois era a realidade em que o mesmo pertencia anterior à constituição da propriedade privada e à intensa valorização da terra e ao processo de mecanização e modernização da agricultura.

²¹ Na produção imediata da agricultura, impõe-se apenas a lógica do valor, que é formado a partir do trabalho humano abstrato socialmente necessário, e não a do capital, sendo a manutenção dos padrões de acumulação já dados, ou a modulação apenas para sua ampliação. Apesar de que, ao nível global, nas suas relações externas, a produção agrícola esteja subordinada à lógica do capital. Marx (1859, p. 8).

- CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA – CEASA/SC. 2021. Disponível em:<<http://www.ceasa.sc.gov.br/index.php/estatisticas/origem-comercializacao-valores-1/2021-2>> Acesso em: 15 fev. 2024.
- COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB (2002/2012). **Plano Safra da Agricultura Familiar**. Plano Agrícola e Pecuário. 2012/2013.
- EMPRESA DE PESQUISA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA – EPAGRI. **Levantamento Agropecuário de Santa Catarina de 2002 a 2003**. Disponível em:<http://docweb.epagri.sc.gov.br/website_cepa/Dados_do_LAC/tabelas/modulo1/Estrutura_fundiar_ia_EAP_julho06.pdf> Acesso em: 05 fev. 2024.
- HARNECKER M. **O Capital: conceitos fundamentais**. São Paulo: Global Editora e Distribuidora LTDA, 1978. 208p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Produção Agrícola Regional**. 2020. Disponível em:< <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/5457#resultado>> Acesso em: 25 jan. 2024.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário**. 2017. Disponível em:< <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/6955#resultado>> Acesso em: 20 jan. 2024.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estruturafundiar/regularizacao-fundiar/indices_cadastrais/indices_basicos_2013_por_municipio.pdf> Acesso em: 05 fev. 2024.
- MARX, K. **Uma contribuição para a crítica da economia política**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 1959. 273p.
- NIERDELE, P.; FIALHO, M.; CONTERATO, M. A pesquisa sobre Agricultura Familiar no Brasil – aprendizagens, esquecimentos e novidades. **RESR**, Piracicaba, v. 52, n. 1, p. 10-24, 2014.
- RUA, J. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. **Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 82-106, 2006.
- SÁNCHEZ, H. Ideas y planteamientos teóricos sobre los territorios periurbanos: las relaciones campo-ciudad en algunos países de Europa y América. **Investigaciones Geográficas, Boletín del Instituto de Geografía**, n. 45, p. 109-110, 2001.
- SANTOS, M. **O Espaço Dividido: Os dois circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. 440p.
- SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020. 120p.
- SUGAI, M. **Segregação silenciosa, investimentos públicos e dinâmica socioespacial na área conurbada de Florianópolis (1970-2000)**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2015. 255p.